

Ventos de São Vitor 07

Energias Renováveis S.A.

Demonstrações Financeiras
Referente ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Capital Circulante Negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta a capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$11.448 mil, decorrente principalmente de a Companhia se encontrar em fase pré-operacional, com previsão de entrada em operação até o final do segundo semestre de 2023. Durante essa fase e até que a Companhia possa gerar recursos por meio de suas operações, os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas e por financiamentos obtidos junto a instituições financeiras credoras.

Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode lançar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não está ressalvada a respeito desse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcio Albuquerque Cavalcanti
Contador
CRC nº 1 SP 264164/O-2

VENTOS DE SÃO VITOR 07 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.800	450	Empréstimos e financeiros	7	4.092	-
Impostos a recuperar		4	287	Fornecedores	8	11.940	2.426
Despesas antecipadas		127	145	Tributos e contribuições sociais a recolher		61	113
Instrumentos financeiros derivativo		71	1.502	Encargo de uso de rede		232	-
Total		<u>5.002</u>	<u>2.384</u>	Partes relacionadas	9	125	2.294
				Total		<u>16.450</u>	<u>4.833</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Despesas antecipadas		93	179	Partes relacionadas	9	-	20.450
Imobilizado	6	162.482	55.754	Empréstimos e financiamentos	7	71.954	-
Intangível		22	5	Total		<u>71.954</u>	<u>20.450</u>
Total		<u>162.597</u>	<u>55.938</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
				Capital social		80.566	31.718
				Prejuízos acumulados		(1.442)	(181)
				Outros resultados abrangentes		71	1.502
				Total		<u>79.195</u>	<u>33.039</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>167.599</u></u>	<u><u>58.322</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>167.599</u></u>	<u><u>58.322</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 07 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
CUSTO OPERACIONAL	11	(1.683)	-
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	12	(118)	(144)
		(118)	(144)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.801)	(144)
Receitas financeiras		846	-
Despesas financeiras		(46)	-
RESULTADO FINANCEIRO		800	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(260)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.261)	(144)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 07 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(1.261)	(144)
Outros resultados abrangentes		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:		
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	(1.431)	2.598
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(2.692)</u>	<u>2.454</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 07 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	190	(1)	(1.096)	(37)	(944)
Aumento de capital AGO 30 de Abril de 2021	5.000	(5.000)	-	-	-
Integralização de Capital em 30 de Abril de 2021	-	301	-	-	301
Integralização de Capital em 10 de Junho de 2021	-	500	-	-	500
Integralização de capital em 08 de julho de 2021	-	420	-	-	420
Integralização de capital em 27 de julho de 2021	-	690	-	-	690
Integralização de capital em 03 de agosto de 2021	-	3.090	-	-	3.090
Aumento de capital 03 de agosto de 2021	29.810	(16.970)	-	-	12.840
Integralização de capital em 16 de agosto de 2021	-	400	-	-	400
Integralização de capital em 03 de setembro de 2021	-	1.200	-	-	1.200
Integralização de capital em 10 de setembro de 2021	-	2.700	-	-	2.700
Integralização de capital em 13 de outubro de 2021	-	1.532	-	-	1.532
Integralização de capital em 25 de outubro de 2021	-	323	-	-	323
Integralização de capital em 05 de novembro de 2021	-	6.353	-	-	6.353
Integralização de capital em 15 de dezembro de 2021	-	1.180	-	-	1.180
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(144)	(144)
Outros resultados abrangentes	-	-	2.598	-	2.598
Ajuste a valor justo sobre hedge accounting	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	35.000	(3.282)	1.502	(181)	33.039
Integralização de Capital em 05 de Janeiro de 2022	-	2.472	-	-	2.472
Aumento de capital em 07 de Fevereiro de 2022	2.088	(1.500)	-	-	588
Integralização de Capital em 07 de Fevereiro de 2022	-	810	-	-	810
Integralização de Capital em 23 de Fevereiro de 2022	-	271	-	-	271
Aumento de Capital em 01 de Março de 2022	63.845	(63.845)	-	-	-
Integralização de Capital em 04 de Março de 2022	-	4.585	-	-	4.585
Integralização de Capital em 15 de Março de 2022	-	1.403	-	-	1.403
Integralização de Capital em 05 de Maio de 2022	-	720	-	-	720
Integralização de Capital em 10 de Maio de 2022	-	50	-	-	50
Integralização de Capital em 27 de Maio de 2022	-	20.450	-	-	20.450
Integralização de Capital em 28 de Novembro de 2022	-	14.000	-	-	14.000
Integralização de Capital em 21 de Dezembro de 2022	-	3.500	-	-	3.500
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(1.261)	(1.261)
Outros resultados abrangentes	-	-	(1.431)	-	(1.431)
Ajuste a valor justo sobre hedge accounting	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	100.933	(20.366)	71	(1.442)	79.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 07 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(1.261)	(144)
Itens que não afetam o caixa operacional:			
Depreciações		-	1
Baixa de ativos imobilizados		-	37
Provisões		-	5
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Impostos a recuperar		283	(287)
Despesas antecipadas		104	(228)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores	8	9.352	2.406
Partes relacionadas	9	(22.619)	1.984
Encargo de uso de rede		232	-
Obrigações tributárias		(52)	112
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(13.961)</u>	<u>3.886</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de imobilizado	6	(104.317)	(38.241)
Aquisições de intangível		(17)	(5)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		<u>(104.334)</u>	<u>(38.246)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento de capital	10	48.849	31.529
Contratos de mútuos a pagar		-	(100)
Empréstimos e financiamentos	7	73.797	-
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		<u>122.646</u>	<u>31.429</u>
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4.351</u>	<u>(2.931)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>450</u>	<u>3.381</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u><u>4.800</u></u>	<u><u>450</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO VITOR 07 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (“VT07”)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em reais mil - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “São Vitor 07”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 04 de novembro de 2019, com sede na Rodovia BA 052, Km 442, S/N, Parte 07 - Zona Rural, Itaguaçu da Bahia, BA CEP 47400-000, Município de Itaguaçu da Bahia, Estado da Bahia, tendo como objeto social a geração de energia elétrica por meio dos parques eólicos.

A Companhia tem como acionista controlador a Infraestrutura Brasil Holding V S.A. (“Controladora” ou “IBH V”), cujo, objeto social é a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável tendo como investimentos o Parque Eólico de São Vitor.

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

O Parque Eólico São Vitor é dividido em 14 SPEs geradoras de energia e possuirá capacidade instalada total de MW 465.000. A São Vitor 07 corresponde a 9,33% da capacidade instalada do Parque Eólico de São Vitor com MW 43.385.

Continuidade das operações

O capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2022 encontra-se negativo em R\$11.448 (31 de dezembro de 2021 negativo em R\$2.449). A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por financiamento obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), por meio de linha de crédito de R\$120.658, e por aportes dos acionistas, para cobrir a necessidade de caixa para cumprimento das obrigações antes da geração de caixa referente a operação.

A Companhia possuía previsão inicial de entrada em operação no final de 2022, porém, devido a atrasos no fornecimento dos aerogeradores, esta data foi adiada para o segundo semestre de 2023. Adicionalmente, durante a execução da obra foi identificado a necessidade de reforço nas fundações que suportam os aerogeradores. A Companhia preza pela qualidade e segurança de suas plantas e por isso decidiu adiar a entrada em operação e realizar os reforços necessários.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação do instrumento financeiro derivativo e vida útil do ativo imobilizado. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.2 Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.3 Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos seus valores recuperáveis.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas provisões para riscos a serem registradas, nem divulgadas, nas demonstrações financeiras

3.5 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.6 Arrendamentos

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor.
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa.

Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de bens imóveis a título oneroso nos municípios de Gentio do Ouro e Xique-Xique, Estado da Bahia. Estes contratos possuem remuneração em fase pré-operacional de R\$ 2,00 (dois reais) por hectare cedido dos imóveis. E após fase pré-operacional, será 1,50% da receita líquida da Companhia. O contrato tem prazo de vigência de 49 anos. A Companhia não registrou estes contratos a luz do CPC06 (R2) vista que a base de remuneração é variável.

3.7 Impostos

A tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando para o Imposto de renda, a base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e para a Contribuição social a base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

3.8 Encargos com energia elétrica

Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL, em 31 de dezembro de 2022 correspondem à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

3.9 Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

- Custo amortizado:

Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA):

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR):

Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- Reconhecimento

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

- Mensuração

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos derivativos – “Hedge”

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de “hedge” com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia para fins de proteção é o NDF (“*Non-Deliverable Forward*”) cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto.

Os derivativos contratados são classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia adota o “*hedge accounting*”.

As principais características das atividades de “*hedge*” são baseadas nas Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

3.10 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

4. ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

(i) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 15 (R1) – Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01.01.2022
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01.01.2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado		
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41		
CPC 48 – Instrumentos Financeiros		
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's	
CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola	2018–2020	01.01.2022

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Depósitos bancários	9	1
Aplicações financeiras	4.791	449
	<u>4.800</u>	<u>450</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos à um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 98% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (98% a 100% em 31 de dezembro de 2021).

6. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa Média Depreciação	2022	2021
Imobilizado em serviço:			
Máquinas e Equipamentos			
Edificações	20%	1	1
		1	1
Imobilizado em construção:			
Máquinas e equipamentos		37.476	24.236
Edificações e benfeitorias		69	69
Móveis e utensílios		2	
Serviços e a ratear (i)		15.258	1.283
Adiantamento a fornecedores (ii)		109.676	30.165
		<u>162.481</u>	<u>55.753</u>
Total do imobilizado		162.482	55.754

- (i) A rubrica “A ratear” é composta pelos custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão fundiária, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia do proprietário, despesas de viagens, apropriação de seguros e receitas financeiras capitalizáveis. Os custos a ratear são realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).
- ii) A rubrica de adiantamentos refere-se a recursos liberados a fornecedores de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços para implementação das usinas eólicas das investidas. No momento das entregas dos materiais e serviços os valores são incorporados ao ativo imobilizado.

b) Mapa de movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 2021	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 2022
<u>Imobilizado</u>					
Operacional em serviço:					
Máquinas equipamentos	-	-	-	-	-
Edificações	1	-	-	-	1
Total:	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>

	Valor líquido em 2021	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 2022
<u>Imobilizado operacional em construção</u>					
Máquinas e equipamentos	24.236	13.240	-	-	37.476
Edificações e benfeitorias	69	-	-	-	69
Serviços a ratear (i)	1.283	13.975	-	-	15.258
Móveis e utensílios	-	2	-	-	2
Adiantamento a fornecedor (ii)	30.165	79.511	-	-	109.676
	55.753	106.728	-	-	162.481
	55.754	106.728	-	-	162.482
	Valor líquido em 2020 (não auditado)	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 2021
<u>Imobilizado</u>					
Operacional em serviço:					
Máquinas e equipamentos	38	-	(1)	-	38
Edificações	1	-	-	-	1
	39	-	-	-	39
<u>Imobilizado operacional em construção</u>					
Máquinas e equipamentos	-	24.236	-	-	24.236
Edificações e benfeitorias	52	17	-	-	69
Serviços a ratear (i)	327	956	-	-	1.283
Adiantamento a fornecedor (ii)	17.133	13.032	-	-	30.165
	17.512	38.241	-	-	55.753
	17.551	38.241	(-)	-	55.754

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Vencimento	2022	2021
BNDES	IPCA+6,31%a.a.	15/11/2045	76.046	-
			76.046	-
		Circulante	4.092	-
			Não Circulante	71.954

A Companhia obteve linha de crédito no montante de R\$ 120.658 junto ao BNDES, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Ventos de São Vitor 07. A ser desembolsada durante a construção do ativo. A dívida é composta por principal, variação remuneratório do IPCA e juros remuneratórios.

O principal e juros da dívida devem ser pagos ao BNDES em até 270 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2023. O vencimento do contrato é 15 de novembro de 2045. A linha de crédito está sendo disponibilizada conforme a seguir:

- Crédito “C” – São Vitor 07, recurso total de R\$ 120.658 composto por subcrédito C1 no valor de R\$ 83.817 e subcrédito C2 no valor de R\$ 36.841;

b) Garantias

As garantias do contrato de financiamento com o BNDES são: (i) Penhor de ações da IBH V, (ii) Penhor de ações da SPE, (iii) Penhor de máquinas e equipamentos, (iv) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.

As garantias dadas aos fiadores são: fiança da IBH IV e das SPEs.

c) Índice de cobertura da dívida - BNDES

O financiamento com o BNDES referente às empresas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou “ICSD”), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na IBH V, com base em informações das demonstrações financeiras. O cálculo será obrigatório a partir do exercício de 2024, e ele deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital.

A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente.

d) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Saldo em 2021	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Pagamentos	Amortização do custo de transação	Saldo em 31/12/2022
Principal	-	77.076	389	-	-	-	77.465
Juros	-	-	-	1.859	-	-	1.859
Custo de transação	-	(3.400)	-	-	-	122	(3.278)
Total Circulante	-	<u>73.676</u>	<u>389</u>	<u>1.859</u>	-	<u>122</u>	<u>76.046</u>
Total Empréstimos e financiamentos							79.324
Custo de transação							<u>(3.278)</u>
Valor líquido							<u>76.046</u>

e) Fluxo nominal

	<u>Fluxo nominal</u>
1 ano	4.305
2 anos	2.992
3 anos	1.490
4 anos	1.336
5 anos	1.522
Após 5 anos	<u>67.678</u>
	<u><u>79.324</u></u>

8. FORNECEDORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores nacionais	11.847	2.421
Provisão de fornecedores	<u>93</u>	<u>5</u>
	<u><u>11.940</u></u>	<u><u>2.426</u></u>

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

<u>Passivo</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contratos de mútuo:		
Infraestrutura Brasil Holding IV (i)	<u>-</u>	<u>20.450</u>
	<u>-</u>	<u>20.450</u>
Compartilhamento de custos:		
São Vitor 01 (ii)	123	8
São Vitor 10. (iii)	<u>2</u>	<u>2.286</u>
	<u><u>125</u></u>	<u><u>2.294</u></u>

As principais operações entre partes relacionadas são:

- (i) Mútuos: trata-se de operações feitas entre as SPEs e controladora para dar suporte as atividades operacionais enquanto os financiamentos não são desembolsados.
- (ii) Compartilhamento de custos - origem pela São Vitor 01: valores de serviços contratados para o Parque Eólico Ventos de São Vitor através da São Vitor 01 e que são rateados entre todas as SPEs do Parque Eólico de São Vitor de acordo com a capacidade instalada de cada SPE.
- (iii) Compartilhamento de custos - origem pela São Vitor 10: refere-se a valores serviços contratados para a construção e operação da subestação e linha de transmissão referente ao Parque Eólico Ventos de São Vitor. Os gastos são rateados entre todas as SPEs do Parque Eólico de São Vitor de acordo com a capacidade instalada de cada SPE.

Remuneração da Diretoria

Durante a fase pré-operacional, a Companhia está sendo administrada por profissionais da Controladora.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 80.566 (representado por 80.566.310 ações). Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era de R\$ 31.718 (representado por 31.718.092 ações).

Em 07 de fevereiro de 2022 através da AGE os acionistas aprovaram o aumento de capital da Companhia em R\$ 2.087, representado por 2.087.585 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 01 de março de 2022 através da AGE os acionistas aprovaram o aumento de capital da Companhia em R\$ 63.845, representado por 63.845.414 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Valores das integralizações de capital realizadas durante o exercício de 2022 estão detalhadas no quadro da Demonstração das Mutações do patrimônio líquido

A composição do capital social por acionista é como se segue:

	<u>2022 e 2021</u>
IBH V	100%

b) Resultado por ação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(1.262)	(144)
Média ponderada de ações ordinárias	<u>90.220.526</u>	<u>15.796.849</u>
Prejuízos básico e diluído por ação(em R\$)	<u>(0,0140)</u>	<u>(0,0091)</u>

11. CUSTOS DE OPERAÇÃO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(1.612)	-
Serviço de terceiros	(58)	-
Materiais	(3)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-
Depreciação	-	-
Tributos	(8)	-
Outras despesas	(2)	-
	<u>(1.683)</u>	<u>-</u>

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviço de terceiros	(105)	(99)
Materiais	-	-
Arrendamentos e aluguéis	(1)	-
Depreciação	-	(1)
Tributos	-	-
Outras despesas	<u>(12)</u>	<u>(44)</u>
	<u>(118)</u>	<u>(144)</u>

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 48:

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Análise de sensibilidade

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% % (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI e ao IPCA, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em dezembro de 2022 em 12,39% a.a. e ao IPCA em 5,79% a.a. e em dezembro de 2021 em 4,42% a.a. e 10,06% a.a. respectivamente.

Instrumento	Indexador	Exposição	31/12/2022				
			Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	4.800	595	446	297	743	892
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(79.323)	(4.593)	(3.445)	(2.296)	(5.741)	(6.889)
Exposição líquida		(3.998)	(2.999)	(1.999)	(4.998)	(5.997)	(3.998)

Instrumento	Indexador	Exposição	31/12/2021				
			Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	450	20	15	10	25	30

c) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

	2022	2021	Mensuração a valor justo
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de caixa	4.800	450	Nível 1
Instrumentos financeiros derivativos	71	1.502	Nível 2
Passivos financeiros			
Custos amortizado:			
Fornecedores	11.940	2.426	Nível 1
Partes relacionadas	125	22.744	Nível 1

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

d) Instrumentos financeiros derivativos – “Hedge Accounting”

Em 23 de dezembro de 2020 a Companhia contratou operações de instrumentos financeiros derivativos para proteção de fluxo de caixa em função dos riscos inerentes a possíveis variações que a taxa de câmbio referente principalmente à aquisição de aerogeradores para compor componentes das usinas eólicas de Ventos de São Vitor.

As NDFs contratadas foram equivalentes com o prazo e volume semelhante ao ativo coberto, sendo que grande parte foi liquidada durante 2022, e uma pequena parcela foi rolada para o ano de 2023 Estes itens foram previstos em contratos já firmados com o fornecedor e as contratações dos instrumentos derivativos foram alinhadas com o desembolso financeiro dos respectivos itens.

A variações cambiais não realizadas sobre os saldos passivos bem como as variações cambiais realizadas sobre operações liquidadas, serão contabilizadas no ativo imobilizado, quando comprovada a efetividade do hedge.

A Companhia registrou todos os contratos como ativos financeiros a valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes conforme demonstrado no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2022						
<u>Agente financeiro</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>"Notional"</u>	<u>Posição passiva BRL</u>	<u>Posição ativa BRL</u>	<u>Valor Justo BRL</u>
Itaú Unibanco S.A.	2023	CNH	4.391	3.298	3.326	28
Itaú Unibanco S.A.	2023	EUR	603	3.356	3.386	30
Itaú Unibanco S.A.	2023	USD	1.591	8.286	8.298	13
			<u>6.585</u>	<u>14.940</u>	<u>15.010</u>	<u>71</u>

31 de dezembro de 2021						
<u>Agente financeiro</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>"Notional"</u>	<u>Posição passiva BRL</u>	<u>Posição ativa BRL</u>	<u>Valor Justo</u>
Itaú Unibanco S.A.	2022	CNH	18.294	14.881	15.823	947
Itaú Unibanco S.A.	2022	EUR	2.513	16.747	16.070	(677)
Itaú Unibanco S.A.	2022	USD	6.631	35.687	36.924	1.237
			<u>27.438</u>	<u>67.315</u>	<u>68.817</u>	<u>1.502</u>

14. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

15. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Juros capitalizados relativo a empréstimos	2.248	-
Provisão de fornecedores	<u>162</u>	<u>-</u>
	<u>2.411</u>	<u>-</u>

16. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo apresentado pela Companhia na rubrica de seguros refere-se substancialmente a riscos de engenharia, responsabilidade civil, seguro garantia para o contrato de compra e venda de energia firmado com a Cemig, e apólice de seguro de garantia financeira, prestada como garantia de fiel cumprimento para a outorga de autorização para exploração dos empreendimentos Eólicos.

17. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

A Companhia possui compromisso assumido através principalmente de *Power Purchase Agreement* ("PPA") junto a CEMIG Geração e Transmissão S.A em contratos de venda de energia incentivada com início de suprimento de energia previsto em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041.

Devido a postergação da entrada em operação a Companhia irá adquirir energia no mercado para suprir o contrato com a Cemig até o início das operações.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos entre 31 de dezembro de 2022 e a data da emissão.